

.....
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA BR TOWERS**



JUCESP PROTOCOLO
2.092.449/12-6



entre

BR TOWERS SPE1 S.A.

como Emissora

e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

BR TOWERS S.A.

na qualidade de Interveniente Anuente

Datado de
9 de outubro de 2012

8 *9*



.....

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA BR TOWERS SPE1 S.A.

Pelo presente instrumento particular:

BR TOWERS SPE1 S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, nº 818, cj. 92, inscrita no CNPJ/MF sob o número 14.206.371/0001-39, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora”); e

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente Emissão (“Debenturistas”), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

BR TOWERS S.A., sociedade anônima devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pamplona, 818, conjunto 92, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o número 09.462.890/0001-28, neste ato representada de acordo com seu estatuto social, doravante designada “Controladora Direta” ou “Interveniente Anuente”.

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da BR Towers SPE1 S.A.” (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1. Autorização da Emissora

1.1 A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral da Companhia em reunião realizada em 08 de outubro de 2012 ("AGE"), na qual foi deliberada a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições, além da constituição das Garantias (conforme abaixo definido); tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Emissora datado de 12 de setembro de 2012 e arquivado na JUCESP em 5 de outubro de 2012.

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2. A primeira emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura ("Emissão"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1 Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Emissão está automaticamente dispensada do registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", datado de 1º de junho de 2011.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata da AGE será arquivada na JUCESP e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo uma cópia do respectivo protocolo ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) Dias Úteis, e uma via original devidamente registrada da Escritura ou eventuais aditamentos em até 3 (três) Dias Úteis a contar da data do registro na JUCESP.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a primeira emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$251.368.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais), na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única, sendo as debêntures objeto da Emissão doravante denominadas “Debêntures”.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor de aquisição, pela Emissora, de 895 torres e 1.017 *roof tops* de telecomunicações (“Portfólio de Torres/Roof Tops”, o qual inclui também eventuais torres e roof tops que venham a substituir quaisquer das torres e roof tops do Portfólio de Torres/Roof Tops existentes) detidos pela Vivo S.A. (“Vivo”).

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Coordenador Líder”) e outras instituições financeiras (“Coordenadores”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da primeira Emissão da BR Towers SPE1 S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6 Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1 O banco mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A. (“Banco Mandatário”) e o banco escriturador das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores

S.A. ("Escrutador"), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures.

3.6.2 O Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

3.7 Objeto Social da Emissora

3.7.1 De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende (a) a locação, no todo ou em parte, de equipamentos próprios para exploração de serviços de telecomunicação por terceiros; (b) a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicação por terceiros; (c) a construção de equipamentos necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações por terceiros; (d) empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis; e (e) a participação no capital de outras sociedades.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Data de Emissão: Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 26 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2 Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3 Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real.

4.1.4 Tipo e Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento final previsto para 26 de outubro de 2022 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a Data de Vencimento, e demais encargos devidos.

4.1.6 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto na Cláusula 3.5.2.1 acima.

4.1.7 Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 251.368 (duzentas e cinquenta e um mil, trezentas e sessenta e oito) Debêntures.

4.2 Remuneração

4.2.1 Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2 Juros Remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over") acrescida de um spread ou sobretaxa de 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) ao ano ("Juros Remuneratórios"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável), inclusive, até a data de seu efetivo pagamento, exclusive.

4.2.2.1 Observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado facultativo ou da amortização facultativa parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula VI desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula VII desta Escritura, conforme aplicável).

4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão calculados pela seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor Unitário dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), no início de cada Período de Capitalização informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao ano, conforme divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

380

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252} \cdot \frac{DP}{DT}} \right] \right\}$$

onde:

Spread = 3,4000 (três inteiros e quarenta centésimos);

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro

4.2.2.3 Observações:

(a) O fator resultante da expressão é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(d) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(e) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada com 2 (duas) casas decimais, ou com idêntico número de casas decimais conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.4 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja extinta, ou

haja a impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI Over a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, aplicar-se-á no lugar da Taxa DI Over, automaticamente, a taxa que venha a substituí-la legalmente. Caso não haja uma taxa substituta legal para a Taxa DI Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do fim do prazo de 10 (dez) dias indicado nesta Cláusula 4.2.2.5, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6 Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, o quórum previsto na Cláusula 11.4 abaixo, será utilizada a variação da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por 1 (um) dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

4.2.2.7 Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI Over então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.8 Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais ou feriados no Município e/ou Estado de São Paulo.

4.2.2.9 Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.2.2.10 Para fins da presente Escritura, o período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), exclusive, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida)

subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.3 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, todo dia 26 de cada mês, a partir de 26 de outubro de 2013, inclusive, conforme periodicidade e percentuais descritos na tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"):

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
em 26 de outubro de 2013	0,6000%
em 26 de novembro de 2013	0,2267%
em 26 de dezembro de 2013	0,2267%
em 26 de janeiro de 2014	0,2267%
em 26 de fevereiro de 2014	0,2267%
em 26 de março de 2014	0,2267%
em 26 de abril de 2014	0,2267%
em 26 de maio de 2014	0,2267%
em 26 de junho de 2014	0,2267%
em 26 de julho de 2014	0,2267%
em 26 de agosto de 2014	0,2267%
em 26 de setembro de 2014	0,2267%
em 26 de outubro de 2014	0,2267%
em 26 de novembro de 2014	0,3075%
em 26 de dezembro de 2014	0,3075%
em 26 de janeiro de 2015	0,3075%
em 26 de fevereiro de 2015	0,3075%
em 26 de março de 2015	0,3075%
em 26 de abril de 2015	0,3075%
em 26 de maio de 2015	0,3075%
em 26 de junho de 2015	0,3075%
em 26 de julho de 2015	0,3075%
em 26 de agosto de 2015	0,3075%
em 26 de setembro de 2015	0,3075%
em 26 de outubro de 2015	0,3075%
em 26 de novembro de 2015	0,4225%
em 26 de dezembro de 2015	0,4225%
em 26 de janeiro de 2016	0,4225%
em 26 de fevereiro de 2016	0,4225%
em 26 de março de 2016	0,4225%

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
em 26 de abril de 2016	0,4225%
em 26 de maio de 2016	0,4225%
em 26 de junho de 2016	0,4225%
em 26 de julho de 2016	0,4225%
em 26 de agosto de 2016	0,4225%
em 26 de setembro de 2016	0,4225%
em 26 de outubro de 2016	0,4225%
em 26 de novembro de 2016	0,5917%
em 26 de dezembro de 2016	0,5917%
em 26 de janeiro de 2017	0,5917%
em 26 de fevereiro de 2017	0,5917%
em 26 de março de 2017	0,5917%
em 26 de abril de 2017	0,5917%
em 26 de maio de 2017	0,5917%
em 26 de junho de 2017	0,5917%
em 26 de julho de 2017	0,5917%
em 26 de agosto de 2017	0,5917%
em 26 de setembro de 2017	0,5917%
em 26 de outubro de 2017	0,5917%
em 26 de novembro de 2017	0,9442%
em 26 de dezembro de 2017	0,9442%
em 26 de janeiro de 2018	0,9442%
em 26 de fevereiro de 2018	0,9442%
em 26 de março de 2018	0,9442%
em 26 de abril de 2018	0,9442%
em 26 de maio de 2018	0,9442%
em 26 de junho de 2018	0,9442%
em 26 de julho de 2018	0,9442%
em 26 de agosto de 2018	0,9442%
em 26 de setembro de 2018	0,9442%
em 26 de outubro de 2018	0,9442%
em 26 de novembro de 2018	1,0967%
em 26 de dezembro de 2018	1,0967%
em 26 de janeiro de 2019	1,0967%
em 26 de fevereiro de 2019	1,0967%
em 26 de março de 2019	1,0967%
em 26 de abril de 2019	1,0967%
em 26 de maio de 2019	1,0967%
em 26 de junho de 2019	1,0967%

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures
em 26 de julho de 2019	1,0967%
em 26 de agosto de 2019	1,0967%
em 26 de setembro de 2019	1,0967%
em 26 de outubro de 2019	1,0967%
em 26 de novembro de 2019	1,3508%
em 26 de dezembro de 2019	1,3508%
em 26 de janeiro de 2020	1,3508%
em 26 de fevereiro de 2020	1,3508%
em 26 de março de 2020	1,3508%
em 26 de abril de 2020	1,3508%
em 26 de maio de 2020	1,3508%
em 26 de junho de 2020	1,3508%
em 26 de julho de 2020	1,3508%
em 26 de agosto de 2020	1,3508%
em 26 de setembro de 2020	1,3508%
em 26 de outubro de 2020	1,3508%
em 26 de novembro de 2020	1,5567%
em 26 de dezembro de 2020	1,5567%
em 26 de janeiro de 2021	1,5567%
em 26 de fevereiro de 2021	1,5567%
em 26 de março de 2021	1,5567%
em 26 de abril de 2021	1,5567%
em 26 de maio de 2021	1,5567%
em 26 de junho de 2021	1,5567%
em 26 de julho de 2021	1,5567%
em 26 de agosto de 2021	1,5567%
em 26 de setembro de 2021	1,5567%
em 26 de outubro de 2021	1,5567%
em 26 de novembro de 2021	1,7867%
em 26 de dezembro de 2021	1,7867%
em 26 de janeiro de 2022	1,7867%
em 26 de fevereiro de 2022	1,7867%
em 26 de março de 2022	1,7867%
em 26 de abril de 2022	1,7867%
em 26 de maio de 2022	1,7867%
em 26 de junho de 2022	1,7867%
em 26 de julho de 2022	1,7867%
em 26 de agosto de 2022	1,7867%
em 26 de setembro de 2022	1,7867%
em 26 de outubro de 2022	1,7847%

DUCE SP

4.4 Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

20 10 10

4.4.1 Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos: (i) trimestralmente nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante os primeiros 12 (doze) meses contados de 26 de outubro de 2012, ocorrendo o primeiro pagamento em 26 de janeiro de 2013; e (ii) em parcelas mensais a partir de 26 de outubro de 2013, até o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

4.5 Local de Pagamento

4.5.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”).

4.6 Garantias

4.6.1 O integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura será garantido pelas garantias descritas abaixo (“Garantias”):

4.6.1.1 Alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, de titularidade da Controladora Direta e de Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações”, a ser celebrado entre a Controladora Direta e Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, na qualidade de alienantes fiduciantes, o Agente Fiduciário, na qualidade de credor fiduciário em representação dos Debenturistas, e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente (“Contrato de Alienação Fiduciária”); e

4.6.1.2 Cessão fiduciária, nos termos do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Administração de Contas”, a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de cedente fiduciante, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco depositário e administrador de conta, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, os “Contratos de Garantia”), dos seguintes direitos, de titularidade da Emissora:

(a) todos os direitos de crédito, direitos a receitas, reivindicações e recebíveis de qualquer natureza da Emissora, presentes ou futuros, oriundos dos contratos de cessão de uso de infraestrutura celebrados em 27 de setembro de 2012 entre a Emissora e a Vivo S.A. ("Vivo"), conforme listados no Anexo 1.2.(A) do Contrato de Cessão Fiduciária ("Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo");

(b) todos os direitos de crédito, direitos a receitas, reivindicações e recebíveis de qualquer natureza de titularidade da Emissora, presentes ou futuros (i) oriundos dos contratos de compartilhamento de infraestrutura celebrados entre a Vivo e outras operadoras de telecomunicações, existentes na Data de Emissão, e que serão cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Venda e Compra; (ii) oriundos dos contratos de cessão de uso de infraestrutura a serem celebrados entre a Emissora e operadoras de telecomunicações, inclusive a Vivo; e (iii) oriundos dos contratos cujo objeto seja idêntico ou similar aos contratos mencionados no inciso (ii) acima, conforme listados no anexo 1.2.(B) do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aditado de tempos em tempos ("Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras");

(c) todos os recursos a qualquer tempo depositados e mantidos em conta depósito indicada no Contrato de Cessão Fiduciária, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Conta Depósito"), na qualidade de banco administrador;

(d) todos os valores recebidos pela Emissora como pagamento de indenização em razão dos seguros contratados para o Portfolio de Torres/Roof Tops; e

(e) todos os valores recebidos, ou que venham a ser recebidos, pela Emissora, em razão de indenizações (i) pagas pela Vivo, nos termos dos Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo e/ou dos Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras e/ou do Contrato de Venda e Compra de Bens Móveis e Outras Avenças celebrado entre a Emissora e a Vivo, em 31 de agosto de 2012 ("Contrato de Venda e Compra") e/ou (ii) pagas pelas respectivas contrapartes da Emissora, nos termos dos Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras.

4.7 Prorrogação dos Prazos

4.7.1 Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º(primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8 Encargos Moratórios

4.8.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VII desta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis*, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança.

4.9 Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura ("Preço de Subscrição das Debêntures").

4.10 Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição das Debêntures de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11 Repactuação

4.11.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12 Publicidade

4.12.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal O Dia, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.brtowers.com) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.13 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

4.14 Liquidez e Estabilização

4.14.1 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15 Imunidade de Debenturistas

4.15.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.16 Fundo de Amortização

4.16.1 Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17 Classificação de Risco

4.17.1 A Emissora deverá providenciar a entrega, ao Agente Fiduciário, de relatório de classificação de risco das Debêntures, elaborado pela Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, ou outra agência de classificação de risco aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas ("Agência de Classificação de Risco"), uma única vez, em até 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão.

CLÁUSULA V

ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCESP

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCESP.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO
AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Facultativa Parcial

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Debenturista, a qualquer tempo, realizar: (i) a amortização parcial facultativa antecipada do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), neste caso, limitado a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Facultativa Parcial"); ou (ii) o resgate antecipado facultativo total, que deverá abranger todas as Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Facultativo Total", e, em conjunto com a Amortização Facultativa Parcial os "Eventos").

6.1.2. Os Eventos elencados nos itens "(i)" e "(ii)" da Cláusula 6.1.1 acima somente poderão ocorrer mediante comunicação ao Agente Fiduciário e publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.12 desta Escritura ("Comunicação"), com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização de cada um dos Eventos ("Data do Evento").

6.1.2.1. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, e do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), das Debêntures resgatadas ou amortizadas acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, conforme aplicável, até a respectiva Data do Evento, exclusive; e (b) de prêmio, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual ("Taxa do Prêmio"), de acordo com a tabela abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios objeto da Amortização Facultativa Parcial, ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Evento"):

Meses Decorridos	Taxa do Prêmio
1	1,20%
2-6	1,15%
6-12	1,10%
12-18	1,05%
18-24	1,00%
24-30	0,95%



Meses Decorridos	Taxa do Prêmio
30-36	0,90%
36-42	0,85%
42-48	0,80%
48-54	0,75%
54-60	0,70%
60-66	0,65%
66-72	0,60%
72-78	0,55%
78-84	0,50%
84-90	0,45%
90-96	0,40%
96-102	0,35%
102-108	0,30%
108-114	0,20%
114-120	0,10%

6.1.2.2. Na Comunicação deverá constar: (a) a Data do Evento; (b) menção ao Valor do Evento; e (c) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, que será amortizado nos termos desta Cláusula VI, a ser definido a exclusivo critério da Emissora; (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Evento.

6.1.2.3. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.3. Caso ocorra quaisquer dos Eventos com relação a quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, o respectivo Evento também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.3.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre os Eventos com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o respectivo Evento, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

6.1.4. A data para realização de qualquer Evento no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

CLÁUSULA VII

VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, qualquer Debenturista poderá instruir o Agente Fiduciário a declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável), até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

(a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária em favor dos Debenturistas relacionada às Debêntures, à esta Escritura e/ou ao Contrato de Distribuição, na respectiva data de vencimento, que não seja sanado em até 1 (um) dia útil;

(b) se a Emissora inadimplir qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, nos Contratos de Garantia, e/ou no Contrato de Distribuição, conforme aplicável, desde que tal descumprimento não seja sanado (i) no prazo específico definido nos respectivos instrumentos; ou (ii) caso não haja prazo específico, em até 15 (quinze) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

(c) descumprimento (i) de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nos Contratos de Garantia, que possa prejudicar o valor, validade ou exequibilidade das Garantias, ou (ii) das obrigações previstas na Cláusula 4.2 do Contrato de Alienação Fiduciária, desde que tais descumprimentos não sejam sanados (x) no prazo específico definido nos respectivos instrumentos; ou (y) caso não haja prazo específico, em até 15 (quinze) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

(d) se a Emissora não pagar na data de vencimento original quaisquer obrigações financeiras, e não curá-las em até 1 (um) dia útil, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(e) se a Controladora Direta não pagar na data de vencimento original quaisquer obrigações financeiras, e não curá-las em até 1 (um) dia útil, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a 3% (três por cento) do seu patrimônio líquido, conforme previsto no seu último balanço anual auditado enviado ao Agente Fiduciário pela Emissora;

(f) se (1) a Emissora e/ou (2) a Controladora Direta não pagarem na data de vencimento original, observados eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos, quaisquer obrigações financeiras, contraídas junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas, inclusive no exterior;

(g) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora no mercado local ou internacional, (i) com os Debenturistas; ou (ii) com terceiros, neste caso específico, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(h) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Controladora Direta no mercado local ou internacional, (i) com os Debenturistas; ou (ii) com terceiros, neste caso específico, em valor, individual ou agregado, superior a 3% (três por cento) do seu patrimônio líquido, conforme previsto no seu último balanço anual auditado enviado ao Agente Fiduciário pela Emissora;

(i) se ocorrer o protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se os protestos tiverem sido comprovadamente quitados, garantidos, sustados, extintos ou suspensos no prazo de 10 (dez) dias ou no prazo legal, se houver, o que for maior;

(j) protestos legítimos de títulos contra a Controladora Direta da Emissora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse 3% (três por cento) do seu patrimônio líquido, conforme previsto no seu último balanço anual auditado enviado ao Agente Fiduciário pela Emissora, salvo se os protestos tiverem sido comprovadamente quitados, garantidos, sustados, extintos ou suspensos no prazo de 10 (dez) dias ou no prazo legal, se houver, o que for maior;

(k) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora, ordenando o pagamento de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou equivalente em moeda estrangeira;

(l) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Controladora Direta, ordenando o pagamento de valor individual ou agregado igual ou superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido, conforme último balanço da Controladora Direta da Emissora entregue ao Agente Fiduciário;

(m) requerimento de falência da Emissora feito por terceiros, por inadimplemento de obrigação de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outra moeda, sem que os efeitos desse pedido tenham sido elididos no prazo legal, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, e/ou pelas suas controladas, cujo processamento ou homologação tenha sido deferido pelo juízo competente;

(n) requerimento de falência da Controladora Direta da Emissora feito por terceiros, por inadimplemento de obrigação de valor superior a 3% (três por cento) do patrimônio líquido, conforme último balanço da Controladora Direta da Emissora entregue ao Agente Fiduciário, sem que os efeitos desse pedido tenham sido elididos no prazo legal, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Controladora Direta da Emissora, cujo processamento ou homologação tenha sido deferido pelo juízo competente;

(o) extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência, ou decretação de falência, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Emissora e/ou suas controladas diretas e sua Controladora Direta;

(p) se ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações da Emissora e/ou da Controladora Direta, previstos nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Distribuição, sem a prévia concordância por escrito dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;

(q) se a Emissora tiver o seu Controle direto transferido, exceto se previamente aprovado por escrito pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme representados pelo Agente Fiduciário;

(r) se a Emissora vier a ser incorporada, ocorrer a fusão ou a cisão da Emissora, a venda ou ocorrer qualquer outra forma de reorganização societária, exceto se previamente aprovado em Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.1.1.1 abaixo, devendo o Agente Fiduciário envidar seus melhores esforços para responder à Emissora de forma definitiva e justificada sobre o pedido de aprovação ou reprovação da respectiva operação em até 30 (trinta) dias contados da notificação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário;

(s) mudança ou alteração do objeto social da Emissora, de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora;

(t) descumprimento (i) da obrigação da manutenção de contratos de seguro do Portfólio de Torres/Roof Tops com empresas de rating mínimo A (S&P), ou entre as maiores seguradoras do país, aceitáveis a critério dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, observado o prazo de 90 (noventa) dias para contratação de tais seguros com os Riscos Cobertos, conforme descritos na Cláusula 8.1, (q);

(u) realização de redução de capital da Emissora que não seja para absorção de prejuízos sem a prévia aprovação da Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.1.1.1 abaixo, devendo o Agente Fiduciário envidar seus melhores esforços para responder à Emissora de forma definitiva e justificada sobre o pedido de aprovação ou reprovação da respectiva operação em até 30 (trinta) dias contados da notificação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário;

(v) pagamento pela Emissora de dividendos e juros sobre capital próprio, caso tal pagamento implique em descumprimento dos índices e obrigações financeiras estabelecidas na Cláusula 8 abaixo, ou na hipótese de Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido nesta Escritura);

(w) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;

(x) não observância dos limites estabelecidos nas obrigações financeiras descritas na Cláusula 8.1, alínea (n), observado os prazos de cura previsto nesta Escritura;

(y) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura sejam falsas ou enganosas ou, ainda, sejam incorretas, inconsistentes ou incompletas;

(z) aplicação dos recursos oriundos desta Escritura em destinação diversa da descrita nesta Escritura;

(aa) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, que interrompa a regular exploração do Portfólio de Torres/Roof Tops e prejudique a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura;

(bb) realização de qualquer aquisição de novas torres e roof tops que venham a ser integrados ao Portfólio de Torres/Roof Tops, sem a prévia aprovação do CADE, conforme exigido pela lei, ou cancelamento ou reversão da aprovação do CADE para a operação de aquisição do Portfólio de Torres/Roof Tops;

(cc) ato de qualquer autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades ou das ações do capital social da Emissora;

(dd) alienação em favor de terceiros do Portfólio de Torres/Roof Tops ou das torres e roof tops que vierem a substituir quaisquer torres e roof tops do Portfólio de Torres/Roof Tops, exceto se previamente aprovado pelo Agente Fiduciário;

(ee) oneração em favor de terceiros do Portfólio de Torres/Roof Tops ou das torres e roof tops que vierem a substituir quaisquer torres e roof tops do Portfólio de Torres/Roof Tops, exceto (i) se previamente aprovado pelo Agente Fiduciário; ou (ii) pelos ônus decorrentes de garantias de financiamentos concedidos à Emissora cujos recursos sejam aplicados em investimentos relativos à operação ou manutenção do Portfólio de Torres/Roof Tops ou das torres e roof tops que vierem a substituir quaisquer torres e roof tops do Portfólio de Torres/Roof Tops;

(ff) caso, por qualquer motivo, a Emissora informe as contrapartes dos Contratos de Cessão de Uso (em vigor ou a serem celebrados) conta corrente diversa daquela definida em conjunto pelas partes como sendo a Conta Depósito, sem prévia anuência por escrito do Agente Fiduciário;

(gg) caso os Contratos de Garantia deixem de serem válidos, vigentes ou exequíveis, ou o Agente Fiduciário deixe de deter a propriedade fiduciária, sem concorrência com terceiros, sobre os bens objeto dos Contratos de Garantia;

(hh) caso os Acordos de Torres sejam cancelados, rescindidos, cedidos ou caso ocorra qualquer outra modificação ou mudança relevante, por qualquer razão, nos Acordos de Torres, ou deixem tais acordos de estar em pleno vigor e efeito, ou qualquer disposição relevante contida nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia deixe de estar em pleno vigor e efeito;

(ii) caso ocorra a rescisão ou cancelamento, por qualquer motivo, dos Contratos de Compra e Venda de Bens Móveis e a Emissora deixe de ser a proprietária do Portfólio de Torres/Roof Tops, exceto se de outro modo expressamente permitido nos termos desta Escritura;

(jj) caso a Emissora não entregue ao Agente Fiduciário no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da data de início da eficácia do Contrato de Venda e Compra, cópia da notificação por escrito evidenciando a ciência e concordância das operadoras em relação à obrigatoriedade de depósito dos recebíveis dos Contratos de Cessão de Uso existentes na Conta Depósito ou cópia da respectiva notificação extrajudicial, caso qualquer operadora não manifeste expressamente sua ciência, observado que, caso qualquer operadora manifeste interesse em depositar os recebíveis em conta diversa da Conta Depósito, nesse mesmo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias deverão ser tomadas todas as providências necessárias, conforme previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, para que referida conta seja objeto de cessão fiduciária e os recebíveis ali depositados sejam imediatamente transferidos para a Conta Depósito, conforme previsto no contrato de garantia pertinente;

(kk) caso, em relação a quaisquer novos Contratos de Cessão de Uso, a Emissora não entregue ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da respectiva data de celebração, cópia da notificação por escrito evidenciando a ciência e concordância das operadoras em relação à obrigatoriedade de depósito dos recebíveis decorrentes de tais novos contratos de cessão de uso na Conta Depósito; e

(ll) caso a Emissora não tome todas as medidas necessárias para que a conta diversa da Conta Depósito, na qual os recebíveis decorrentes dos Contratos de Cessão de Uso estejam sendo depositados, seja objeto da cessão fiduciária e os recebíveis ali depositados sejam transferidos imediatamente para a Conta Depósito, conforme previsto no contrato de garantia pertinente.

7.1.1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os indicados nas alíneas (a), (d), (f)(1), (g), (h), (m), (n) e (o), o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula XI e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.1.1 abaixo.

7.1.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.1 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas de acordo com os *quorum* previstos na tabela abaixo:

Número de Debenturistas	Quórum de Instalação e Aprovação em primeira convocação (com base no número de Debêntures em Circulação na data da Assembleia Geral de Debenturistas)
Até 3 (três) Debenturistas	75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação
4 (quatro) ou mais Debenturistas	70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação

7.1.1.2. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.1.1 supra, na data originalmente estabelecida para sua realização, será convocada nova Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá seguir o quórum de instalação em segunda convocação previsto na Cláusula 11.2 abaixo, e o quórum de aprovação de maioria simples dos titulares das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

7.1.2. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, mediante o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável), inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

7.1.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário (i) deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures; (ii) poderá tomar todas as medidas necessárias à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, assim como para execução dos Contratos de Garantia.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago:

(a) a Emissora obriga-se a encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, recuperação ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si;

(b) a Emissora obriga-se a não efetuar novos investimentos ou assumir novos compromissos de investimentos que não sejam relacionados com a aquisição de novas torres e roof tops (as quais passarão a fazer parte da definição de Portfólio de Torres/Roof Tops para os fins desta Escritura) e/ou que não sejam relacionados à operação ou manutenção do Portfólio de Torres/Roof Tops, sem que haja anuência prévia e por escrito do Agente Fiduciário;

(c) a Emissora obriga-se a não efetuar novos endividamentos, os quais somente serão permitidos para as linhas de financiamento do CAPEX de expansão e manutenção do Portfólio de Torres/Roof Tops;

(d) a Emissora obriga-se a cumprir e manter em vigor todas as autorizações societárias necessárias à validade e à exequibilidade desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia;

(e) a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário, tão logo tenha conhecimento de fato que possa causar uma Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido);

(f) a Emissora obriga-se a cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens que forem materialmente aplicáveis às atividades previstas em seu objeto social, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, especialmente, mas sem limitação, cumprir a legislação ambiental brasileira aplicável, a critério dos Debenturistas;

(g) a Emissora obriga-se a adotar todas as medidas necessárias para manter sempre válidas, eficazes e em pleno vigor todas as outorgas, autorizações (inclusive do CADE), licenças (inclusive ambientais) aplicáveis exigidas pela legislação brasileira e essenciais à aquisição e operação do Portfólio de Torres/Roof Tops e à Emissora ("Licenças"); e informar, por escrito, ao Agente Fiduciário, eventual perda de qualquer das Licenças, tão logo tenha ciência da perda, ressalvadas as licenças que na data de emissão desta Escritura não estão regulares, com relação às quais a Emissora obriga-se a fazer seus melhores esforços para regularização no menor tempo possível;

(h) a Emissora compromete-se a apresentar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado por este, a partir de 26 de março de 2013, no prazo que vier a ser acordado entre o Agente Fiduciário e a Emissora, relatório com cópia das licenças obtidas e a indicação da situação das licenças ainda não obtidas e/ou regularizadas, bem como a estimativa para obtenção e/ou regularização de tais licenças;

(i) a Emissora obriga-se a não realizar operações que envolvam torres e roof tops do tipo *built to suit*, bem como outras fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor aplicáveis à Emissora;

(j) a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, conforme aplicável;

(k) a Emissora se obriga a arcar com todos os custos comprovadamente decorrentes da celebração desta Escritura, da emissão das Debêntures, celebração dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição, incluindo todos os custos relativos aos seus registros nos cartórios competentes e demais despesas correlatas, caso aplicável, incluindo eventuais honorários advocatícios do assessor legal do Agente Fiduciário;

(l) a Emissora se obriga a não conceder empréstimos para coligadas, controladas, controladoras ou partes relacionadas, sem que haja anuência prévia e por escrito dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário;

(m) aplicar integralmente os recursos oriundos da emissão das Debêntures exclusivamente nas atividades relativas à aquisição do Portfólio de Torres e Roof Tops;

(n) a Emissora deverá cumprir as seguintes obrigações financeiras:

(i) Alavancagem máxima pela Emissora: a ser calculada com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Emissora, ao final de cada ano a partir da data de emissão decorrente do quociente obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA; os quocientes são de 7,0x para o ano fiscal 2013; 6,0x para o ano fiscal 2014; 5,0x para o ano fiscal 2015; 4,5x para o ano fiscal 2016; 3,5x para o ano fiscal 2017 e 3,0x para o ano fiscal 2018 e para os anos subsequentes;

(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida mínimo ("DSCR"): $> 1,20$ durante toda a vigência desta Escritura;

(iii) Restrição na distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio, nos seguintes termos:

- proibição de qualquer distribuição de dividendos/juros sobre capital próprio até 26 de outubro de 2013;

- limitado a 25% do lucro líquido atual, ou do respectivo período de apuração, na hipótese prevista no inciso (iv) abaixo, observadas as restrições legais previstas na Lei das Sociedades por Ações para distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, nos anos em que $1,20 < \text{DSCR} < 1,50$; e
- sem limitações nos anos em que $\text{DSCR} > 1,50$.

(iv) Observadas as restrições acima previstas, a Emissora obriga-se a apenas efetuar a distribuição de dividendos anualmente, observado, contudo, que a Emissora terá o direito de solicitar ao Agente Fiduciário a distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares, com base nos resultados apurados em período inferior ao exercício fiscal da Emissora (em periodicidade nunca inferior à trimestral), desde que esta comprove ao Agente Fiduciário, por meio da apresentação de (a) correspondência emitida pela Emissora evidenciando os cálculos dos índices acima, certificada por uma empresa de auditoria independente contratada pela Emissora; ou (b) correspondência emitida por empresa de auditoria independente contratada pela Emissora, ambas com relação ao cumprimento dos índices financeiros de alavancagem máxima e DSCR previstos nos incisos (i) e (ii) acima, considerando as informações constantes das últimas quatro demonstrações financeiras consolidadas trimestrais auditadas disponíveis na data de referida solicitação.

(o) a Emissora obriga-se a: (i) não ceder os Contratos de Cessão de Uso em favor de qualquer terceiro, exceto se de outra forma aprovado por escrito pelos Debenturistas na forma prevista na Cláusula 11.4, em até 30 (trinta) dias contados da notificação devidamente recebida da Emissora pelo Agente Fiduciário, observado que o silêncio dos Debenturistas por um prazo superior a 30 (trinta) dias, será considerado aprovação tácita em relação à cessão aqui prevista; e (ii) não encerrar a Conta Depósito sem a anuência prévia do Agente Fiduciário;

(p) a Emissora obriga-se a não efetuar o pagamento de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso tal pagamento implique em descumprimento dos índices e obrigações financeiras estabelecidas nesta Cláusula 8.1, ou na hipótese de vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob esta Escritura;

(q) a Emissora obriga-se a comprovar a celebração de contratos de seguro tendo por objeto o Portfólio de Torres/Roof Tops com seguradoras de rating mínimo A (S&P) ou com as maiores seguradoras do país, aceitáveis a critério razoável do Agente Fiduciário, em até 90 (noventa) dias contados da data de início da eficácia da transação objeto dos Contratos de Venda e Compra de Bens Móveis e Outras Avenças, sendo que os seguros deverão ter cobertura mínima usual para o mercado de torres e roof tops como, por exemplo, os seguintes riscos: (a) responsabilidade civil, (b) força maior, (c) danos e (d) prejuízos ("Riscos Cobertos");

(r) manutenção do Controle direto da Emissora, durante todo o prazo desta Escritura, pela Controladora Direta, bem como do Controle indireto da Emissora por fundos de investimento administrados pela GP Investments, L.P. ou por sociedades por esta controladas, exceto se de outra forma aprovado por escrito pelos Debenturistas na forma prevista na Cláusula 11.4 abaixo;

(s) a Emissora deverá assegurar que, durante todo o tempo, esta Escrituras e as Debêntures se classifiquem ao menos *pari passu* em prioridade de pagamento com todas as outras obrigações financeiras/endividamentos da Emissora contraídos de tempos em tempos, de acordo com os termos desta Escritura;

(t) a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da respectiva ciência, a intenção de qualquer das operadoras de telecomunicações em depositar os recebíveis devidos por tais operadoras à Emissora em conta diversa da Conta Depósito e a conta indicada por tais operadoras;

(u) a Emissora obriga-se a entregar a comprovação da obtenção, (i) de todas as aprovações societárias, contratuais, governamentais e/ou regulamentares necessárias para a celebração desta Escritura, para que as Debêntures sejam emitidas e para a celebração dos Contratos de Garantia e com relação à aquisição do Portfólio de Torres/Roof Tops pela Emissora as quais deverão ter sido apresentadas para registro na Junta Comercial competente, mediante entrega do respectivo protocolo ao Agente Fiduciário; e (ii) da aprovação de todas as autoridades regulatórias competentes (especialmente o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, "CADE"), antes da liquidação financeira das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura;

(v) a Emissora obriga-se a informar à Vivo os dados da Conta Depósito para que sejam nela depositados os recebíveis oriundos dos contratos de cessão de uso ou compartilhamento de infraestrutura já existentes, nos termos do Contrato de Venda e Compra; e/ou

(w) a Emissora obriga-se a entregar ao Agente Fiduciário, até 6 de março de 2013, todos os contratos de compartilhamento e/ou cessão de uso celebrados com cada inquilino (que não a Vivo), bem como os contratos celebrados com os proprietários dos imóveis objeto dos Contratos de Locação.

8.2. Para os fins desta Escritura e, especialmente desta Cláusula, o seguinte deverá ser considerado:

- (i) O cálculo do EBITDA utilizará os resultados publicados dos últimos 12 (doze) meses.
- (ii) Para os fins do item "(n)", "(ii)" acima, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida é definido como o quociente entre:

• no numerador: Fluxo de Caixa Ajustado, definido pela seguinte conta: $[+ (\text{lucro líquido}) + (\text{depreciação}) + (\text{variação do capital de giro}) + (\text{pagamento total de despesas financeiras líquidas no ano, referente a todo e qualquer pagamento de juros feito pela Emissora ao longo do ano, não limitados aos juros pagos em razão das Debêntures}) - (\text{CAPEX não financiado pelo BNDES}) + (\text{caixa depositado na Conta Depósito, conforme definida acima, desde que proveniente de operação, e não de aporte de capital})]$;

• no denominador: Dívida Onerosa, definida pela seguinte conta $[+ (\text{pagamento total de principal de dívidas em geral, incluindo as Debêntures}) + (\text{pagamento total de despesas financeiras líquidas no ano, referente a todo e qualquer pagamento de juros feito pela Emissora ao longo do ano, não limitados aos juros pagos em razão das Debêntures})]$.

(iii) Poder de controle terá o seguinte significado: significa a posse, direta ou indireta, do poder de dirigir ou providenciar a direção da administração ou políticas da Emissora, quer por meio (a) da titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora; ou (b) do poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora ("Controle").

(iv) Os *covenants* financeiros descritos nesta Cláusula 8.1 serão verificados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base em demonstrações financeiras anuais auditadas da Emissora, a serem entregues pela Emissora ao Agente Fiduciário assim que disponíveis, sendo que a primeira medição será realizada com base no ano fiscal de 2013.

(v) Caso a Emissora não cumpra o *covenant* estabelecido no item "(n)", "(ii)" acima, para que tal quebra não possa determinar o vencimento antecipado desta Escritura pelo Agente Fiduciário, a Emissora, ou seus acionistas, poderão em até 7 (sete) dias após a verificação da quebra do *covenant* pelo Agente Fiduciário aumentar o capital social da Emissora, de forma que tais valores referentes ao aporte sejam depositados na Conta Vinculada, em montante suficiente para que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida volte ao índice mínimo de 1,2.

(vi) A cura de quebra do *covenant* estabelecido no item "(n)", "(ii)" acima, conforme prevista no parágrafo "(v)" anterior, está limitada ao montante agregado de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ao longo da vigência desta Escritura, sendo que este valor poderá ser ultrapassado somente no caso de a cura ser realizada por meio de até dois aumentos de capital em anos não consecutivos durante a vigência desta Escritura.

(vii) Caso a Emissora venha a prestar garantia em favor de terceiros, inclusive fiança e aval, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário quanto à prestação de referida garantia, e em tal hipótese os índices financeiros previstos na Cláusula 8.1(n), incisos (i) e (ii), passarão a ser calculados, observados os critérios desta Cláusula 8.2, incisos (i) e (ii), com base em demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora em conjunto com as do terceiro garantido.

CLÁUSULA IX

CONDIÇÕES PRECEDENTES PARA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação financeira das Debêntures está sujeito à comprovação, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, até às 11h00 (onze horas) do dia anterior à data pretendida para liquidação financeira das Debêntures, do cumprimento cumulativo e satisfatório para o Agente Fiduciário das seguintes condições suspensivas:

(i) celebração desta Escritura, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia em termos aceitáveis aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à Emissora;

(ii) o Agente Fiduciário tenha recebido a via desta Escritura devidamente celebrada e arquivada na JUCESP e uma via original de todos os Contratos de Garantia devidamente assinados, e registrados nos cartórios competentes, bem como cópias dos livros societários comprovando a constituição da alienação fiduciária das ações;

(iii) o Agente Fiduciário tenha recebido cópias autenticadas dos documentos societários da Emissora e da Controladora Direta que, conforme aplicável, (A) comprovem os poderes de seus representantes que assinaram esta Escritura, o Contrato de Distribuição e os Contratos de Garantia; e (B) aprovem a emissão desta Escritura e a celebração dos Contratos de Garantia, todos devidamente registrados nas Juntas Comerciais, além do Contrato de Distribuição;

(iv) comprovação, pela Emissora da obtenção, (i) de todas as aprovações societárias, contratuais, governamentais e/ou regulamentares necessárias para que esta Escritura seja emitida, para a celebração dos Contratos de Garantia e com relação à aquisição do Portfólio de Torres/Roof Tops pela Emissora, as quais deverão ter sido registradas na Junta Comercial competente, mediante entrega de cópia autenticada dos atos devidamente arquivados na JUCESP ao Agente Fiduciário; e (ii) da aprovação de todas as autoridades regulatórias competentes (especialmente o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, "CADE");

(v) inexistência de qualquer inadimplemento ou evento de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;

(vi) todas as declarações e garantias prestadas pela Emissora e pela Controladora Direta nesta Escritura, no Contrato de Distribuição, e nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, deverão estar completas, válidas, corretas e verdadeiras na data da liquidação financeira das Debêntures, como se tivessem sido prestadas em tal data;

(vii) ausência de qualquer Mudança Adversa Relevante;

(viii) recebimento de opinião legal de assessor legal dos Debenturistas confirmando: (i) o direito de regresso contra a Vivo quanto a quaisquer danos ambientais ou quaisquer outros atos ou omissões existentes em relação ao Portfólio de Torres/Roof Tops com fato gerador anterior à data de aquisição do Portfólio de Torres/Roof Tops pela Emissora; e (ii) a obrigação da Vivo quanto à continuidade do pagamento referente aos Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo, caso: (a) ocorra rescisão do Contrato de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo pela Vivo, por qualquer razão diversa das previstas no Contrato de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo, ou por um inadimplemento da Emissora; (b) ocorra rescisão do Contrato de Cessão de Uso pela Emissora por um inadimplemento da Vivo; (c) ocorra a desmontagem, montagem, realocação ou substituição do Portfólio de Torres/Roof Tops por novas torres e roof tops, em decorrência de ordem judicial ou administrativa ocasionada por ato ou omissão da Vivo ou cujos fatos geradores sejam de responsabilidade da Vivo antes da data de aquisição, ou da rescisão litigiosa de qualquer dos Contratos de Locação em razão de descumprimento contratual a que a Vivo tenha dado causa a qualquer tempo; e (d) ocorra qualquer problema relacionado ao licenciamento ambiental do Portfólio de Torres/Roof Tops durante o prazo de vigência dos Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo.

(ix) comprovação de que a Controladora Direta detém o Controle direto da Emissora, mediante entrega de documentos societários pertinentes de acordo com os parâmetros do Agente Fiduciário.

(x) não ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou da Controladora Direta; (ii) pedido de autofalência da Emissora e/ou da Controladora Direta; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Controladora Direta e não devidamente elidido por esta no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora e/ou da Controladora Direta, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora e/ou da Controladora Direta em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de

deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente.

(xi) conclusão do processo de *due diligence* legal limitada aos aspectos societários de constituição e representação da Emissora e aprovação da emissão desta Escritura e da celebração dos Contratos de Garantia, bem como dos seguintes contratos: (i) Contratos de Venda e Compra; e (ii) Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo, de forma satisfatória aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) dias úteis antes da data de liquidação financeira das Debêntures;

(xii) contratação e remuneração, pela Emissora, (i) dos prestadores de serviços relacionados à Emissão; e (ii) dos assessores legais, estes entendidos como dois escritórios de advocacia de renomada reputação e reconhecida competência envolvidos na emissão das Debêntures, sendo um escritório assessorando os Debenturistas e outro a Emissora ("Assessores Legais");

(xiii) aporte de recursos próprios pela Controladora Direta na Emissora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da aquisição do Portfólio de Torres/Roof Tops;

(xiv) obtenção, pela Emissora, de registro das Debêntures na CETIP S.A. – Mercados Organizados;

(xv) outorga aos Coordenadores, de liberdade para divulgar a Emissão com a logomarca da Emissora, por qualquer meio, nos limites da legislação e regulamentação em vigor, desde que o conteúdo da respectiva divulgação tenha sido aprovada pela Emissora;

(xvi) fornecimento pela Emissora, em tempo hábil, de todas as informações, corretas, completas, consistentes, suficientes e necessárias para atender aos requisitos da Emissão;

(xvii) recebimento de parecer legal dos Assessores Legais sobre as informações apuradas na due diligence e sua consistência com as informações constantes de qualquer material informativo para o investidor, bem como quaisquer pontos relevantes para a Emissão, em termos satisfatórios aos Coordenadores, no prazo de até 1 (um) dia útil anterior à data de liquidação das Debêntures; e

(xviii) cumprimento, pela Emissora, de todas as obrigações previstas na ICVM 476 e demais normativos aplicáveis à Emissão.

CLÁUSULA X. **DUCE SP**
AGENTE FIDUCIÁRIO **10 12**

10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

10.2. Declaração

10.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



(k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(l) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.

10.3. Remuneração do Agente Fiduciário

10.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) cada uma, sendo a primeira devida em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

10.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, com exceção do primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

10.3.1.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a sua emissão, ou em caso de participação do Agente Fiduciário em reuniões ou conferências telefônicas, ou ainda em caso de realização de aditamentos a esta Escritura ou constituição de garantias, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a: (a) assessoria aos titulares das Debêntures; (b) comparecimento em reuniões com a Emissora ou com os titulares das Debêntures; (c) implementação das consequentes decisões da Emissora e dos titulares das Debêntures; e (d) execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado. Entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados a alteração de (i) garantias; (ii) prazos de pagamento; e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures, inclusive Amortização Facultativa Parcial, não são considerados reestruturação das condições das Debêntures.

10.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

10.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 10.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*, se necessário.

10.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

10.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago.

10.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido); (e) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); e (f) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.3.8. Os serviços cobertos pela remuneração prevista na Cláusula 10.3.1 acima são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.

10.4. Substituição

10.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente

fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário ou ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

10.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

10.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

10.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP.

10.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data da integral liquidação das Debêntures, conforme aplicável.

10.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

(j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal O Dia, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;

(1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(1.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(1.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

(1.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(1.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e

(1.10) existência, no período, de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário tenha atuado como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;

10.5. Deveres

10.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, baseado nas informações prestadas pela Emissora, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações aqui apresentadas;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

(m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da Emissora;

(m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(m.3) na CVM;

(m.4) na CETIP; e

(m.5) na sede do Coordenador Líder;

(n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador e a CETIP;

(p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações a alteração proposta; e

(t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

10.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com

eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

10.6. Atribuições Específicas

10.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula VII desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

10.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 10.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 10.6.1 acima.



10.7. Despesas

10.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

10.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 10.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

10.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

10.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

10.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

(c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra este, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e

(e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. Convocação

11.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

11.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de

Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

11.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

11.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, exceto pelo disposto na Cláusula 7.1.1.1, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quoruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 11.4.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações dos Juros Remuneratórios, resgate antecipado,

repactuação, e/ou dos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

11.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

11.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

11.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1. A Emissora, nesta data e na data de emissão das Debêntures sob esta Escritura, declara e garante ao Agente Fiduciário que:

a) a Emissora é sociedade devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis brasileiras e possui plenos poderes, capacidade e autoridade para conduzir os seus negócios, celebrar esta Escritura e emitir as Debêntures;

b) a Emissora tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração desta Escritura e emissão das Debêntures e a celebração dos Contratos de Garantia, bem como para cumprir com as obrigações previstas em tais instrumentos. A celebração desta Escritura e emissão das Debêntures e a celebração dos Contratos de Garantia e o cumprimento das suas obrigações aqui previstas não violam, nem violarão seus documentos societários, qualquer lei, regulamento, licença já concedida ou a ser regularizada nos termos desta Escritura, autorização governamental ou decisão que vincule ou seja aplicável à Emissora, nem constitui ou constituirão inadimplemento, nem importa ou importarão em vencimento antecipado de qualquer contrato, instrumento, acordo, empréstimo ou documento de que seja parte;

c) todas as autorizações (inclusive governamentais e do CADE) e medidas de qualquer natureza que sejam necessárias ou obrigatórias para a celebração, emissão,

cumprimento, validade, eficácia e exequibilidade desta Escritura, das Debêntures e dos Contratos de Garantia, conforme aplicáveis, foram obtidas ou tomadas pela Emissora, sendo aquelas que foram obtidas válidas e em pleno vigor e efeito;

d) nenhuma mudança adversa relevante nas condições financeiras, econômicas ou operacionais da Emissora, assim entendida qualquer mudança adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora que comprovadamente impeça a Emissora de cumprir com suas obrigações assumidas sob esta Escritura ("Mudança Adversa Relevante"), ocorreu desde a data de celebração desta Escritura;

e) não há ações ou procedimentos, judiciais ou administrativas, de natureza ambiental, ajuizadas contra a Emissora, no Brasil ou no exterior;

f) esta Escritura, as Debêntures e os Contratos de Garantia aplicáveis e as obrigações previstas nos referidos documentos constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições; e

g) nesta ato, na Data de Emissão e no momento da liquidação das Debêntures, a Emissora declara que os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades e/ou projetos que, no melhor conhecimento da Emissora, possam diretamente causar danos sociais e ao meio ambiente.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

13.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Rua Pamplona, nº 818, cj. 92
Jardins – São Paulo – SP
At: Sandro Weinfeld Reiss
Tel 3556-5505
Fax 3556-5535

com cópia para

GP Investimentos Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 – 7º andar
São Paulo, SP, CEP 04538-132
At: Sandro Weinfeld Reiss
Tel 3556-5505
Fax 3556-5535

000000

Para o Agente Fiduciário:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Itaim Bibi
04538-132 - São Paulo - SP
Tel: (11) 2172-2613/21722828
Fax: (11) 30787264
At: Tatiana Lima e/ou Viviane Rodrigues

Para a Interviente Anuente:

Rua Pamplona, nº 818, cj. 92
Jardins - São Paulo - SP
At: Sandro Weinfeld Reiss
Tel 3556-5505
Fax 3556-5535

com cópia para

GP Investimentos Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 7º andar
São Paulo, SP, CEP 04538-132
At: Sandro Weinfeld Reiss
Tel 3556-5505
Fax 3556-5535

Para o Banco Mandatário:

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setubal
CEP 04344-902 - São Paulo - SP
Código Conta CETIP: 7341000-5
At: Douglas Callegari
Telefone: +55 (11) 2797-4431
Fax: +55 (11) 2797-3140
E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar
CEP 04538-132 - São Paulo - SP
At: Douglas Callegari
Telefone: +55 (11) 2797-4431
Fax: +55 (11) 2797-3140
E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

J

8



Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano.
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

DUCE SP
25 10 12

13.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

13.2. Renúncia

13.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.3. Veracidade da Documentação

13.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

13.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da

Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

13.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

13.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.5.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

13.6. Cômputo dos Prazos

13.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.7. Irrevogabilidade; Sucessores

13.7.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

13.8. Despesas

13.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e Escriturador, da Agência de Classificação de Risco e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

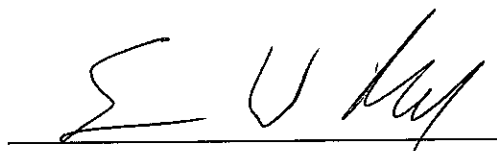
(Página de assinaturas 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da BR Towers SPE1 S.A., datado de 9 de outubro de 2012)

BR Towers SPE1 S.A.



Nome: THIAGO EMANUEL ROMIGUES

Cargo: DIRETOR



Nome: SANDRA WEINFELD TREISS

Cargo: DIRETOR



13.9. Termos Definidos

13.9.1. Termos em maiúscula usados e não definidos de outra forma nesta Escritura são utilizados na presente Escritura com os mesmos significados a eles atribuídos no Anexo I desta Escritura. Todos os termos definidos nesta Escritura, inclusive em seu Anexo I terão os significados definidos aqui contidos quando usados em qualquer certificado, notificação ou outro documento elaborado ou entregue nos termos desta Escritura, salvo definição em contrário nos referidos documentos.

13.10. Lei Aplicável

13.10.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

13.11. Foro

13.11.1. Fica eleito o foro da Cidade São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


9 de outubro de 2012.

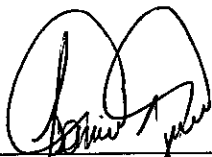
88

JUCESP


(Página de assinaturas 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da BR Towers SPE1 S.A., datado de 9 de outubro de 2012)

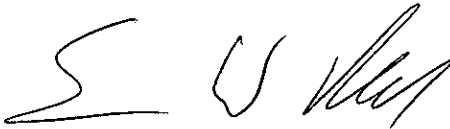
Planner Trustee DTVM Ltda.


Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora



Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: Procurador


BR Towers S.A.


Nome: THIAGO EMANUEL RODRIGUES
Cargo: Diretor


Nome: SANDRO WEINFELD TREISS
Cargo: Diretor

Testemunhas:


Nome: Rejane Assis
CPF: RG: 33.116.450-4


Nome: Ana Eugénia S. Queiroz
CPF: RG: 15.481.802.000-3



ANEXO I
TERMOS DEFINIDOS

“Acordos de Torres” significam, em conjunto os Contratos de Cessão de Uso, o Contrato de Venda e Compra e os contratos celebrados com os proprietários dos imóveis em que está/estará localizado o Portfólio de Torres/Roof Tops após cessão destes contratos pela Vivo para a Emissora.

“AGE” tem o significado previsto na Cláusula 1.1 da Escritura.

“Agente Fiduciário” significa a Planner Trustee DTVM Ltda., conforme previsto na Cláusula 10.1.1 da Escritura.

“AMBIMA” tem o significado previsto na Cláusula 2.1.2 da Escritura.

“Banco Mandatário e Escriturador” tem o significado previsto na Cláusula 3.6.1 da Escritura.

“CETIP” tem o significado previsto na Cláusula 2.4.1 da Escritura.

“Contrato de Distribuição” tem o significado previsto na Cláusula 3.5 da Escritura.

“Contratos de Cessão de Uso” significa, em conjunto os Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo e os Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras.

“Contratos de Cessão de Uso de Infraestrutura Vivo” tem o significado previsto na Cláusula 4.6.1.2 (a) da Escritura.

“Contratos de Cessão de Uso de Outras Operadoras” tem o significado previsto na Cláusula 4.6.1.2 (b) da Escritura.

“Contrato de Venda e Compra” tem o significado previsto na Cláusula 4.6.1.2 (e) da Escritura.

“Coordenador Líder” tem o significado previsto na Cláusula 3.5.1 da Escritura.

“CVM” tem o significado previsto na Cláusula 2 da Escritura.

“Data de Vencimento” tem o significado previsto na Cláusula 4.1.5 da Escritura.

“Debêntures” tem o significado previsto na Cláusula 3.3.1 da Escritura.

“Debenturistas” tem o significado previsto no Preâmbulo da Escritura.

“Emissão” tem o significado previsto na Cláusula 2 da Escritura.

“Emissora” tem o significado previsto no Preâmbulo da Escritura.

“Garantias” tem o significado previsto na Cláusula 4.6 da Escritura.

“Instrução CVM 476” tem o significado previsto na Cláusula 2 da Escritura.



"Instrução CVM 409" tem o significado previsto na Cláusula 3.5.2.1 da Escritura.

"JUCESP" significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo.

"Juros Remuneratórios" tem o significado previsto na Cláusula 4.2.2 da Escritura.

"Lei das Sociedades por Ações" tem o significado previsto na Cláusula 1.1 da Escritura.

"Local de Pagamento" tem o significado previsto na Cláusula 4.5.1 da Escritura.

"Período de Capitalização" tem o significado previsto na Cláusula 4.2.2.10 da Escritura.

"Portfólio de Torres/Roof Tops" tem o significado previsto na Cláusula 3.4.1 da Escritura.

"Saldo do Valor Nominal Unitário" tem o significado previsto na Cláusula 4.2.2.9 da Escritura.

"SDT" tem o significado previsto na Cláusula 2.4.1 da Escritura.

"SND" tem o significado previsto na Cláusula 2.4.1 da Escritura.

"Valor Nominal Unitário" tem o significado previsto na Cláusula 4.1.6 da Escritura.

"Vivo" tem o significado previsto na Cláusula 3.4.1 da Escritura.

[Handwritten signature]

